

Conservação por decreto:
Florestas mexicanas e a política de proibição ao corte,
1926-1979¹

Christopher R. Boyer*

A classe política do México central tem tentado regularizar o uso de florestas ao menos desde o século XV. Muito antes dos primeiros europeus pisarem no Novo Mundo, os povos indígenas já cortavam florestas com grande intensidade para criar novos campos e procurar materiais para construção e alimentação. Uma vez que a maioria da população mexicana se encontra nas terras altas do semi-árido central, a destruição de florestas provocou erosão e mudança climática, mesmo na época pré-hispanica.² Um número de diferentes líderes indígenas tentou reduzir o corte de árvores no vale do México. Nezahualcóyotl, o governante de Texcoco de 1418 a 1472, ordenou a primeira proibição conhecida contra o corte excessivo de florestas na área em torno da cidade do México dos nossos dias.³ A estratégia desses governantes de checar a super exploração das florestas, declarando proibições ao corte em áreas específicas foi adotada por seus sucessores no poder – o estado colonial espanhol e os governos nacionais do México independente.⁴ A política de proibição

* Doutor em História pela University of Chicago. Professor da University of Illinois, Chicago. E-mail: crboyer@uic.edu

¹ Gostaria de expressar minha profunda gratidão a David Bray da Universidade Internacional da Flórida, que primeiramente me encorajou a assumir este projeto e então muito generosamente compartilhou seus insights e achados de pesquisa comigo. Eu não poderia ter escrito este artigo sem sua ajuda. Gostaria de agradecer também a John Coatsworth e Amy Shannon por seu auxílio em detectar erros de fatos e interpretação. Os erros que sem dúvida eu tenha deixado passar, apesar de todo o auxílio recebido, são totalmente meus. O Instituto dos Estudos Latino Americanos da Universidade do Texas em Austin forneceu um ambiente agradável e estimulante no qual pude escrever este artigo. Os recursos para pesquisa foram fornecidos pelos fundos Big 12 Research Fellowship e University Small Research Grant, ambos administrados pela Kansas State University

² Sobre o altiplano mexicano (os altos platôs do México central onde a vasta maioria da população tem aparentemente sempre vivido), ver COOK, Sherburne F. 1949. Soil Erosion and Population in Central Mexico. Berkeley and Los Angeles: The University of California, 1949,, p. 14-86.

³ SIMONIAN, Lane. Defending the Land of the Jaguar: A History of Conservation in Mexico. Austin: University of Texas Press, 1995., p. 24-6; SÁNCHEZ ARTECHE, Alfonso, et al., eds. Apuntes para la historia forestal del Estado de México. México: Probosque, 1991,p. 38-44.

⁴ SIMONIAN, op. cit., fornece uma visão geral mais longa da conservação no México e determina que o único período em que as leis florestais foram efetivamente inexistentes foi durante o período pós-colonial no século XIX.

pode ou não ter contido a onda de desmatamento nos últimos quinhentos anos, mas sua falha em fornecer uma proteção integral às terras de florestas é particularmente evidente no século XIX. De fato, é pouco provável que as proibições ao corte impostas nos últimos 70 anos tenham involuntariamente promovido algumas formas gananciosas de exploração das florestas.

A política oficial de conservação no século XX tem tomado diversas formas diferentes, incluindo a criação de parques nacionais e reservas florestais, a regulamentação de concessões para madeireiras, a retirada de direitos de extração dos beneficiários de reforma agrária, e o estabelecimento de unidades burocráticas para coordenar a exploração em um nível regional.⁵ Mas a política conservacionista mais direta e consistentemente empregada neste século tem sido a declaração de proibição (*vedas*) ao corte em zonas florestais super exploradas. O Congresso concedeu ao presidente Plutarco Elías Calles a autoridade de declarar proibições ao corte em 1926, mas o mecanismo não começou a ser amplamente utilizado até a década seguinte. O presidente Lázaro Cárdenas (1934-1940) declarou dúzias de proibições sobre áreas relativamente pequenas (no nível municipal). Mas o seu auge realmente ocorreu entre 1940 e 1952, quando as proibições ao corte foram estabelecidas em parte ou todos os 20 estados e incluíram vastas extensões territoriais. A maioria destas proibições permaneceu válida até a metade de década de 1970, quando a política de usar as proibições como uma medida importante de conservação foi completamente abandonada. Durante o período entre 1940 e 1979, diversas medidas conservacionistas se sobrepusessem e gerou assim caleidoscópio de leis impotentes. Como foi observado no final da década de 1950, “há algumas zonas ou regiões que têm proteção dupla ou tripla porque são protegidas por uma proibição geral bem como por outras designadas como proteção à bacia hidrográfica, reserva florestal ou parque nacional”.⁶ Em alguns casos, até mesmo os agentes florestais ficavam confusos sobre quais operações de exploração específicas, tipos de árvores ou florestas estavam sujeitas à proibição de corte.⁷ Ainda assim, tais regulamentações não foram suficientes para estancar o corte agressivo em alguns dos ecossistemas mais delicados da nação.

⁵ Para uma visão geral dessas políticas, ver SIMONIAN, op. cit., p. 78-131. Para análises do funcionamento das concessões para madeireiras (as Unidades Industriales de Explotación Forestal), ver CHAMBILLE, Karel. *Atenquique. Los bosques del sur de Jalisco*. México: UNAM-Instituto de Investigaciones Económicas, 1983, p. 35-39; e CROCKER, Marvin D. “The Evolution of Mexican Forest Policy and its Influence upon Forest Resources.” Ph.D. Dissertation. Department of Geography, Oregon State University, 1973, Capítulo 5.

⁶ HINOJOSA ORTIZ, Manuel. *Los bosques de México. Relato de un dispolfarro y una injusticia*. Mexico City: Instituto Mexicano de Investigaciones Económicas, 1958, p. 45.

⁷ Ver, por exemplo, a correspondência de 1951 entre Octavio Villa Coss de Durango e diversos advogados e

As proibições ao corte e outras medidas foram consideradas necessárias para proteger as terras de florestas e o uso racional dos recursos. Ao longo do século XX, o desmatamento representou um dos problemas ecológicos mais sérios no México. Porém o corte predatório tornou-se um verdadeiro fenômeno nacional apenas no século XIX, quando a revolução industrial e dos transportes que transformou o México durante a ditadura de Porfirio Díaz (1876-1911) inicialmente permitiu a extração de madeira em larga escala. O crescimento da indústria madeireira não diminuiu desde então. No presente, o México tem a quarta mais rápida taxa de desmatamento entre todas as nações do mundo, muito do que é atribuído ao corte industrial. De acordo com um relatório recente das Nações Unidas, o México perdeu entre 0.9 e 1.4% de suas florestas por ano entre 1980 e 1990, embora o ritmo tenha de alguma forma sido reduzido desde então como um resultado do colapso na indústria nacional de papel.⁸

A maneira pela qual as proibições foram implantadas sem dúvida limitou grandemente sua efetividade. Alguns analistas argumentam que, historicamente, uma importante razão para a ineficiência das políticas conservacionistas tais como proibições ao corte tem sido a “falta de vontade política e a capacidade de imposição da lei” por parte dos governantes.⁹ Na verdade, os guardas florestais e burocratas do governo frequentemente se mostraram incapazes de impor restrições ao corte ou, ainda mais frequentemente, sem vontade de fazê-lo. Os agentes, tanto no nível federal quanto estadual, rotineiramente enfraqueciam a efetividade das proibições ao conceder concessões de exploração para favorecer operadores dentro de áreas protegidas. Tais variações eram normalmente justificadas como necessárias para a manutenção dos níveis de emprego e racionalização do uso das florestas nas regiões afetadas, mas alguns presidentes aparentemente estabeleciam as proibições como uma medida disfarçada para dar a certas operações de exploração alguns direitos exclusivos de extrair recursos em certas áreas.

agentes governamentais, Archivo General de la Nación, Mexico City (doravante AGN), Papeles Presidenciales de Miguel Alemán Valdés (doravante MAV) 351.1/7257.

⁸ NAÇÕES UNIDAS, *Situação das Florestas do Mundo*, p. 158. A produção de pinheiros nas florestas temperadas do México alcançou um pico por volta de 1989 com 7.5 milhões de metros cúbicos produzidos e caiu para 5.4 milhões de metros cúbicos em 1994. Ver Dados de 1989-92 da SECRETARIA DE AGRICULTURA Y RECURSOS HIDRAULICOS. *Compendio estadístico de la producción forestal, 1989-1993*. México: Tallares de la Dirección General de Información Agropecuaria, Forestal y de Fauna Silvestre, 1994, p. 19; and SECRETARIA DE AGRICULTURA, GANADERIA Y DESARROLLO RURAL, *Anuario estadístico de la producción forestal*. México Tallares de la Dirección General de Información Agropecuaria, Forestal y de Fauna Silvestre 1996, p. 10.

⁹ JOHNSON, Nels and Bruce Carble. *Surviving the Cut: Natural Forest Management in the Humid Tropics*. Washington, D.C.: World Resources Institute, 1993, , pp. 41-42.

Enquanto as questões de vontade política e eficácia governamental sem dúvida comprometeram a eficácia das proibições, eu argumento que elas sofreram de outro problema mais fundamental. Os políticos e burocratas conceberam e implantaram as proibições ao corte como medidas impostas de cima para baixo indiscriminadamente com o objetivo de mudar o comportamento dos camponeses, industrialistas e qualquer outro cujos lucros – ou meio de subsistência – dependesse do corte. Eu acredito que a natureza essencialmente peremptória das proibições derivou de um discurso conservacionista pós-revolucionário articulado por políticos, jornalistas, agentes florestais e intelectuais, um discurso que tanto retratava os interesses da exploração quanto dos habitantes rurais como ameaça incorrigível ao patrimônio nacional. Em outras palavras, a classe política escolheu lidar com a ameaça ecológica que os camponeses e as operações madeireiras representavam com uma tentativa de modificar seu comportamento por decreto. Ainda assim, as proibições tiveram pouca chance de sucesso uma vez que não contavam com o apoio dos industrialistas que eram responsáveis pela maioria das operações de exploração ou, alternativamente, dos grupos de classes populares que controlavam a maior fatia dos recursos florestais do México. Engajar esse último grupo foi especialmente importante porque a reforma agrária pós-revolução no México colocou aproximadamente metade das florestas nacionais nas mãos dos beneficiários da reforma (*ejidatarios*) e comunidades indígenas. Algumas estimativas defendem que esses grupos agora possuem 80% das terras de florestas do México.¹⁰ Na teoria, esses grupos de camponeses têm um interesse pessoal no bem estar de suas terras no longo prazo e, portanto, devem receber as medidas conservacionistas de braços abertos e protegê-las. Como veremos, entretanto, a maioria dos atores populares – bem como os industrialistas – tem uma tendência a considerar as proibições como indesejadas e algumas vezes intrusões não compreensíveis em suas vidas.

Eu argumento que as proibições provavelmente ajudaram a restringir a taxa total de corte antes do início da década de 1970, mas que elas simultaneamente encorajaram várias formas de extração de madeira clandestina que também podem ter sido muito pior para o meio ambiente do que se as proibições não tivessem sido declaradas. Por que, então, os governos pós-revolução se empenharam tanto em declarar as proibições? Para responder

¹⁰ Para alguns indicadores básicos sobre a propriedade das florestas, ver CABARLE, Bruce, Francisco Chapela, e Sergio Madrid. “Introducción: El manejo forestal comunitario y la certificación” in Leticia Merino, ed., *El manejo forestal comunitario en México y sus perspectivas de sustentabilidad*. Cuernavaca: UNAM-CEMARNAP, 1997. 17-33

tal pergunta, esse texto inicia com uma breve descrição do crescimento da indústria madeireira durante a ditadura de Díaz e em seguida demonstra que o discurso conservacionista pós-revolução, que emergiu como uma rejeição ao modelo Porfiriano de desenvolvimento, fez com que políticas de proibição ao corte parecessem muito atraentes aos conservacionistas do século XX. O artigo então se volta para uma análise da forma como as proibições funcionaram no período entre 1926 e 1973, quando elas representaram a pedra angular das medidas de conservação das florestas. A vasta maioria das proibições dizia respeito às florestas temperadas ao invés das áreas tropicais, e estas receberam atenção especial.

O nascimento de uma indústria

O corte industrial em grande escala se originou no México durante a ditadura não tão benevolente de Porfírio Díaz, que forçou a nação a sair de meio século de uma instabilidade política e reestruturou a economia com interesse em atrair o investimento estrangeiro. Particularmente no norte, a chegada das estradas de ferro e o aquecimento da atividade nas minas transformaram o que tinha sido um posto avançado colonial em um dos mais importantes motores da economia nacional. Entretanto, essa marca de desenvolvimento teve seu custo. A revolução nos transportes foi desencadeada pela agricultura comercializada pelas estradas de ferro. A propriedade se tornou tanto mais valiosa quanto mais concentrada nas mãos dos investidores e proprietários de terras comerciais – embora eles não fossem os únicos a se beneficiar.¹¹ A crescente disparidade na distribuição da riqueza, combinada com o aumento no deslocamento social trazidos pela rápida industrialização ajudou a estabelecer o palco para o início da revolução em 1910, que também se originou no norte.¹² Um tipo diferente de revolução já tinha acontecido nas terras de floretas, onde os empreendedores tinham comprado e iniciado a cortar vastas extensões de madeira comercial. A madeira era utilizada para

¹¹ COATSWORTH, John H. *Growth Against Development: The Economic Impact of Railroads in Porfirian Mexico*. DeKalb: Northern Illinois University Press, 1981, 151-55; Sobre um argumento geral, ver GONZÁLEZ NAVARRO, Moisés. *El Porfiriato: La Vida Social*. México: Editorial Hermes, 1957, pp187-239. Sobre um estudo de caso recente de concentração de terra em uma região de Michoacán (oeste do México) durante o Porfiriato, ver PURNELL, , Jennie. With All Due Respect: Popular Resistance to the Privatization of Communal Lands in Nineteenth-Century Michoacán. *Latin American Research Review* vol. 34 1999, 85-121.

¹² Sobre discussões gerais das relações entre a modernização econômica e a mobilização revolucionária no norte, ver KATZ, Friedrich. *The Secret War in Mexico: Europe, the United States, and the Mexican Revolution*. Chicago: The University of Chicago Press, 1981, 7-21; e GUERRA, François-Xavier. *México: del Antiguo Régimen a la Revolución*, 2 vols., trans. Sergio Fernández Bravo. México: Fondo de Cultura Económica, 1991, pp. 1:249-375.

a construção de acomodações nas minas, dormentes para a estrada de ferro, postes para telégrafo e, talvez mais importante, como fonte de combustível para movimentar os trens antes de o carvão se tornar amplamente utilizado.

No epicentro desta forma de desenvolvimento Porfiriano estava o estado de Chihuahua, e no seu coração estava o setor mineiro com forte dominação estrangeira. As empresas de levantamentos (*compañías deslindadoras*) mapearam a maioria das terras do norte e receberam grandes áreas como compensação dos serviços prestados. A elite econômica emergente na região também comprou vastas áreas de terras desocupadas (*terrenos baldíos*) do governo, particularmente durante os primeiros anos da Estrada de Ferro Central Mexicana no Estado, a partir de El Paso, Texas.¹³ Com as estradas de ferro e minas veio o dinheiro. O valor da produção mineira aumentou espetacularmente na virada do século, multiplicando-se em dezenas de 1888 a 1908, para acima de 23 milhões de pesos.¹⁴ Às vésperas da revolução, ao menos uma empresa mineradora empregava o serviço de um silvicultor em tempo integral cujo trabalho era estudar como as propriedades madeireiras da empresa poderiam ser reflorestadas com árvores que poderiam ser utilizadas para construção e combustível.¹⁵

As mesmas condições econômicas favoráveis dispararam o crescimento da indústria madeireira, que logo também se tornou lucrativa. Por volta de 1906, os empreendedores estrangeiros como o Col. William Greene e sua sucessora, a Empresa Pearson que era controlada por britânicos, criaram a maior indústria cujos ganhos brutos eram acima de 15% dos do setor de mineração.¹⁶ A prosperidade do setor madeireiro nas serras do noroeste originaram o florescimento de cidades tais como Ciudad Madera, que cortou a madeira de 2 milhões de acres de floresta pertencentes a empresa de Greene, a Madera Lumber Company (cujo controle foi mais tarde assumido pela Pearson). Madera era uma tradicional cidade empresa completa, com uma divisão espacial entre as casas para os empregados norte-americanos e os trabalhadores mexicanos mais pobres. Esses últimos cantavam com ressentimento o

¹³ COATSWORTH, op. cit., 171; LLOYD, Jane Dale. *El proceso de modernización capitalista en el noroeste de Chihuahua (1880-1910)*. Mexico City: Universidad Iberoamericana. 1987.

¹⁴ Sobre o impacto da Estrada de ferro e investimento estrangeiro na mineração, ver LLOYD, op. cit, p. 36-42, p. 114-20; ALMADA, *El ferrocarril de Chihuahua al Pacífico*. México: n/p, 1971., p. 115-67. Para estatísticas na produção mineira, ver CHIHUAHUA, *Album Conmemorativo. Visita A Chihuahua Del Sr. Presidente, General Don Porfirio Díaz*. Gobierno del Estado, 1909, p. 50-51.

¹⁵ W. S. Kirby Buurt (Batopilas Mining Company) to Secretario del Departamento de Agricultura, 1 Aug. 1910, Batopilas, Chihuahua, AGN, Fondo Fomento, Serie Bosques (doravante "Bosques"), caja 8, exp. 17.

¹⁶ CHIHUAHUA, *Album Conmemorativo*, op. cit., 45; 50-51.

hino nacional americano em 4 de julho e viviam em um bairro denominado “Cidade Mexicana” pelos norte americanos.¹⁷ Por outro lado, os trabalhadores de Madera ganhavam o suficiente para que os responsáveis pela empresa corretamente suspeitassem, em 1910, que eles não se sentiriam tentados a unir-se à revolução liderada por Francisco I. Madero. Diferentemente dos trabalhadores em situação de quase escravidão em campos de corte das florestas tropicais de Tabasco, que consideravam a revolução como uma forma de liberação, os trabalhadores de Madera não tinham desejo de perder seus empregos.¹⁸

A floresta de Chihuahua não era a única floresta de clima temperado que atraiu as empresas madeireiras. A mineração renovada no estado do México acrescentou outro stress às suas florestas já em extinção. Em Michoacán, Santiago Slade foi apenas o mais bem sucedido de um número de homens de negócios norte-americanos e britânicos que dominaram o comércio lucrativo de madeira (e da mesma forma aquele relacionado à estrada de ferro) no oeste do México. Mais para o sul, outro empreendedores norte-americano que já possuía negócios substanciais na área madeireira no México Central perdeu por pouco uma concessão exclusiva de corte de uma das maiores áreas de florestas maduras norte-americanas: não fosse pelo início da revolução mexicana em 1910, H. S. Beattie teria provavelmente ganho uma permissão para “corte de madeira em uma grande floresta de Oaxaca.”¹⁹

Apesar da estabilidade renovada no regime de Díaz, tais inseguranças eram na verdade a especialidade dos madeireiros estrangeiros. Grande parte da incerteza era devida à forma legalmente duvidosa pela qual os empresários frequentemente obtinham os direitos de corte. Desapropriação de terras de vilas era comum no período de Porfírio (embora não seja muito claro ainda quão comum isso era), e as empresas madeireiras controladas por estrangeiros podiam frequentemente dispensar as sutilezas jurídicas como a consulta aos proprietários das terras que eles tinham intenção de explorar. Ainda assim,

¹⁷ H.C. Ferris to E. D. Kenna, Chihuahua City, 19 Dec., 1910, Jornal da Ferrocarril Noroeste de México, Benson Coleção de Manuscritos, Austin, Texas (doravante BNC-FNM), box 1, fol. 3; e PARRA OROZCO, *Oro verde*, (inédito) p. 19-21.

¹⁸ Ver vários despachos de H.C. Ferris (Cidade de Chihuahua) and E. M. Warren (Pearson, Chihuahua), Dec. 1910 BNC-FNM, box 1, fols. 3-6. On Tabasco, ver VOS, Jan de. *Oro verde. La conquista de la Selva Lancondona por los madereros tabasqueños, 1822-1949*. México: Fondo de Cultura Económica, 1988, p. 228-29.

¹⁹ VELÁZQUEZ, , Gustavo G. “La tragedia del Estado de México.” em Alfonso Sánchez Arceche, *et al.*, *Apuntes para la historia forestal del Estado de México*, prólogo de Jesús Vázquez Soto. México: Probosq, pp.149-80; VELAZQUEZ, op. cit., pp. 155-61; GUZMÁN AVILA, José Napoleón. *Michoacán y la inversión extranjera 1880-1911*. Morelia: Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo, 1982, pp. 109-35; H. S. Beattie to Secretario de Fomento, Aire Libre, Puebla, 8 Nov. 1910, AGN-Bosques, caja 8, exp. 25.

como um empreendedor norte-americano desavisado veio a descobrir, mesmo os documentos aparentemente diretos de venda eram difíceis de fazer cumprir. O dia que Frank Winn e sua mão de obra contratada marcharam para dentro das terras montanhosas de florestas de Michoacán para iniciar a exploração de algumas terras que ele tinha recentemente comprado, ele encontrou um grupo de indígenas armados (*comuneros*) esperando por ele. Apenas depois que Winn e seus contratados tinham escapado dos agressores, ele veio a saber que o título que ele tinha comprado, que transferia a terra da vila indígena, era completamente fraudulento.²⁰

É difícil determinar a escala precisa das operações de corte durante o Porfiriato (como ficou conhecido o período de ditadura de Díaz). No entanto, a mudança na escala e natureza da extração madeireira em nível nacional claramente sugere um crescimento massivo no tamanho e sofisticação da indústria. Na década de 1880, o corte em larga era uma preocupação contínua nos estados centrais da república, mas quase não existia nas províncias mais distantes. Na cidade de Chihuahua, os camponeses das vilas próximas podiam atender a demanda da cidade por madeira fixando uma árvore cortada em cada lado de um burro e arrastando-as até a cidade para serem vendidas.²¹ No próximo quarto de século, isso mudou dramaticamente. Se as estatísticas disponíveis forem confiáveis, a quantidade de madeira cortada no México entre 1897 e 1907 aumentou 66%, de 1,3 milhões de metros cúbicos para aproximadamente 2 milhões. No mesmo período de tempo, os ganhos brutos da indústria mais do que dobraram em termos reais.²² Conforme demonstrado na Tabela 1, a exploração de várias espécies de madeira industrial cresceu espetacularmente durante o apogeu do Porfiriato, entre 1900 e 1907. O corte de carvalho (*encino*) e dos pinheiros ‘*ocote*’ e ‘*ponderosa*’ cresceu 67, 21 e 593%, respectivamente. Essas três espécies representaram as árvores mais cortadas no México, e também as que tiveram maior importância econômica. Ao final do século XIX, um observador bem informado falava seriamente sobre as consequências climáticas que já podiam ser sentidas como resultado da “destruição da madeira por atacado” no México.²³

²⁰ Informe do Prefeito de Uruapan, 17 May 1907, Uruapan, Archivo Histórico del Poder Ejecutivo de Michoacán (Morelia), Ramo Bosques, caja 1, exp. 15.

²¹ STREET, George G. *Che! Wah! Wah! Or The Modern Montezumas in Mexico*. Rochester, NY: E. R. Andrews, 1883, p. 76. As estatísticas governamentais indicam que o México Central era o único local de corte de grande escala. Ver o *Anuario Estadístico* de 1894.

²² Instituto Nacional de Estadística, Geografía e Informática. *1 Estadísticas Históricas de México*, 2 vols. México: Talleres del Instituto Nacional de Estadística, Geografía e Informática, 1985, p. 1:421, tabela 10.9.

²³ ROMERO, Matías. *Geographical and Statistical Notes on Mexico*. New York: G. P. Putnam's Sons, 1898, p. 66.

Species	1900		1907		Percent Change	
	kilograms	value (pesos)	kilograms	value (pesos)	kilograms	value
Ayacahuitle	27.030.499	57.715	n/a	n/a	n/a	n/a
Barreta	18.111.003	4.613	3.348.800	16.702	-81,5	262,1
Caoba	68.167.813	3.078.258	32.268.478	921.976	-52,7	-70,0
Cedro	24.550.942	1.044.979	47.662.154	1.941.514	94,1	85,8
Ebano	n/a	n/a	110.676.443	1.101.566	n/a	n/a
Encino	662.242.697	2.320.792	1.103.854.455	3.919.770	66,7	68,9
Huizache	39.463.568	82.036	104.353.131	926.867	164,4	1029,8
Maugle	12.814.704	74.641	n/a	n/a	n/a	n/a
Manto	29.885.875	94.419	12.315.350	50.843	-58,8	-46,2
Mezquite	174.205.639	924.490	302.767.103	2.129.244	73,8	130,3
Ocote*	866.066.611	3.576.611	1.044.529.898	5.642.855	20,6	57,8
Oyamel	55.011.669	298.273	40.812.353	844.471	-25,8	183,1
Palo Fierro	53.449.269	224.831	34.939.675	198.203	-34,6	-11,8
Pino	103.162.271	811.180	715.042.110	6.690.471	593,1	724,8
Roble	86.890.199	308.459	211.695.719	2.219.264	143,6	619,5
Zapote	14.874.760	283.961	23.891.511	29.161	60,6	-89,7
TOTAL	2.235.927.519	13.185.258	3.788.157.180	26.632.907	69,4	102,0

Alguns governos provinciais, tais como os de Michoacán e do Estado do México, tentaram limitar o uso da floresta já no início de 1882, mas a resposta do governo nacional ao corte predatório foi apenas restritivo.²⁴ O Ministro do Desenvolvimento Econômico (Fomento) reconheceu em 1896 que as florestas do México tinham “sido devastadas, comprometendo a higiene das cidades e o clima do país inteiro”, mas sua resposta foi simplesmente encorajar o reflorestamento municipal e a celebração do Dia da Árvore.²⁵ Pelo menos nisso eles tiveram algum sucesso. Dentro de poucos anos, a classe de lazer Porfiriana tinha estabelecido o “costume” de plantar árvores ao menos

²⁴ Sobre Michoacán, ver GUZMÁN, *op. cit.*, 103-8; e para o estado de México State, GARCIA LUNA, Margarita. Consideraciones sobre los bosques y la explotación forestal a fines del siglo XIX y principios del XX, in Sánchez Arceche, et al., *op. cit.*, 109-47.

²⁵ Circular da Secretaría de Fomento, Crédito e Industria, Abril, 1896, AGN-Bosques, caja 3, exp. 1. O ministério tinha começado a encorajar a celebração do Dia da Árvore a partir de 1893. Em 1940, o Presidente Lázaro Cárdenas declarou que o dia da árvore deveria ser celebrado nacionalmente. In 1951, o Presidente Miguel Alemán regulamentou a observância do Dia da Árvore declarando que deveria ser celebrado em julho. Ver GARCIA LUNA, *op. cit.* e FLORES CALDERÓN, Emilio. Cómo y dónde nació la fiesta mundial del árbol. *Boletín de la Subsecretaría de Recursos Forestales y de Caza* no. 1-3. 1953.

uma vez por ano, embora na verdade a maioria dessas árvores eram simplesmente transferidas dos viveiros públicos e plantadas ao longo das avenidas da cidade e próximo às casas de campo dos ricos.²⁶ O governo empregou um número de guardas florestais ligados à Junta Central de Florestas e Terras de Florestas (um órgão do Ministério do Desenvolvimento), mas apenas cerca de dez guardas foram colocados em alguma parte da nação que fosse fora da Cidade do México. Não surpreende, portanto, que esses agentes solitários às vezes se sentissem sem qualquer poder de parar os abusos das bem relacionadas empresas estrangeiras, como uma certa empresa norte-americana em Chihuahua – muito provavelmente a empresa Madera – que, nas palavras de um dos guardas, nunca se preocupou em obedecer as “regulamentações florestais que asseguravam legalmente a regeneração das florestas que tinham sido cortadas.”²⁷

O discurso conservacionista e as proibições

Depois que a revolução de 1910-1915 derrubou o regime de Díaz, os novos líderes do México enfrentaram a tarefa de reconstruir o governo, revigorando a economia e infraestrutura mexicanas, e remodelando a sociedade em linhas “revolucionárias”. Os políticos instigadores e os ativistas políticos que depuseram Díaz e seus seguidores não tinham a intenção de promover um afastamento radical das crenças dos seus predecessores na hierarquia social, no progresso e no desenvolvimento capitalista. No entanto, eles tinham uma aversão às políticas Porfirianas que congelaram a classe média interna do México fora do mercado.²⁸ O discurso pós-revolucionário de conservação articulado nos jornais e nas falas públicas foi, portanto, uma reação ao caráter monopolista e dominado pelos estrangeiros do modelo de desenvolvimento econômico do México no século XIX, e atacava as indústrias madeireiras estrangeiras que trabalhavam em conexão com os burocratas corruptos. Ao mesmo tempo, evidenciava uma preocupação profunda com a habilidade das massas plebeias de cuidar do meio ambiente.

²⁶ Informe de Gilberto Crespo Martínez, Mexico City, Abril, 1896, AGN-Bosques, caja 3, exp. 1; Circular da Secretaría de Gobierno de Michoacán, Morelia, 4 Junho 1898, AGN-Bosques, caja 3, exp. 4. Sobre o uso de árvores dos viveiros, ver vários documentos em AGN-Bosques, e.g. informes em cajas 3 and 4.

²⁷ Federico Reyes a Jefe del Departamento de Bosques, Chihuahua City, 10 Aug. 1910, AGN-Bosques, caja 68, exp. 12.

²⁸ Para uma introdução, ver KNIGHT, Alan. *Popular Culture and the Revolutionary State in Mexico, 1910-1940*, *Hispanic American Historical Review* no. 73. 1994, 393-444; e WOMACK, John Jr. *The Mexican Revolution, 1910-1920*. Em Leslie Bethell, coord. *Mexico Since Independence*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991, 125-200.

Os revolucionários rejeitavam a preferência de seus predecessores pelas empresas poderosas e com direção internacional que se expandiram, como se pensava, às custas das vilas mexicanas.²⁹ Os conservacionistas pós-revolução depreciavam as políticas florestais dos anos Porfirianos e o grupo de indústrias de grande escala que as empregavam. Miguel Angel de Quevedo, o maior naturalista do México no início do século XX, atribua a culpa pelo desmatamento diretamente às políticas estabelecidas pelos regimes liberais desenvolvimentistas do século XIX. As políticas dos líderes liberais, ele escreveu, permitiram a “ruína de porções muito grandes” de terras de florestas. Forasteiros gananciosos ganharam o controle de propriedades comunitárias (bem como de terras que tinham pertencido à igreja católica) e as desmataram, conforme Quevedo escreveu, “geralmente sem produzir qualquer benefício para os habitantes das vilas.”³⁰ Outro importante analista caracterizou o regime de corte Porfiriano mais sucintamente como um período de “injusta pilhagem”.³¹ Ao colocar o problema nestes termos, os conservacionistas colocavam a culpa pelo desmatamento não apenas sobre o excessivamente solícito regime Porfiriano, mas também sobre a própria indústria madeireira dominada por estrangeiros. Na verdade, os conservacionistas pós-revolução consideravam o regime e a indústria estrangeira como funcionalmente inseparáveis.

Talvez como uma reação à tendência anti-nacional percebida na classe política Porfiriana, que permitiu aos estrangeiros um acesso quase que irrestrito às florestas mexicanas, o nacionalismo também se tornou um pilar central do discurso conservacionista nos anos pós-revolução. Novamente, Quevedo despontou entre os líderes da cobrança retórica. Falando nas festividades do Dia da Árvore de 1924, ele insistia que os educadores poderiam melhor realizar suas “aspirações de efetivo progresso da Nação (Patria) por meio do cultivo do amor das crianças pelas árvores.”³² Pelos anos 1940 e 1950, comparar as florestas com a própria nação tinha se tornado um mantra entre os cientistas, industrialistas e líderes políticos. Em um discurso no Dia da Árvore de 1951

²⁹ Para uma visão que desafia o senso comum, ver KOURÍ, Emilio. Interpreting the Expropriation of Indian Pueblo Lands in Porfirian Mexico: The Unexamined Legacies of Andrés Molina Enríquez. *The Hispanic American Historical Review* no. 82, 2002. 69-117.

³⁰ QUEVEDO, Miguel Angel de El problema de la deforestación en México. Solución práctica del mismo. *México Forestal* no. 2, 1924. 64-69, p. 65.

³¹ HINOJOSA ORTIZ, *op. cit.*, p. 66.

³² QUEVEDO, Miguel Angel de. Alocución del Señor Ing. M. A. de Quevedo, Presidente de la Sociedad Forestal, pronunciado con motivo de la fiesta del “Día del Arbol” en la Secretaría de Educación Pública. *México Forestal* no. 2, 1924. 30-32, p. p. 31.

no Parque Chapultepec, o presidente Miguel Alemán descreveu as florestas como um dos patrimônios nacionais mais importantes e conclamou “todos os Mexicanos – e estrangeiros que vivem entre nós – não apenas a preservar [as terras de florestas] mas também a expandí-las.” Alemán disse a seus ouvintes que eles deveriam considerar as árvores como seus filhos, “parte de nossa integridade nacional”.³³ Homens de negócios também adotaram a retórica do nacionalismo. Alguns anos após o discurso de Alemán, o magnata do jornal José García Valseca reafirmou sem uma ponta de ironia que “Plantar e cuidar das árvores deveria ser tão obrigatório quanto pagar impostos” e se preocupava que “em poucos anos, deixaremos aos nossos filhos um deserto ao invés da terra natal (*patria*).”³⁴ Mesmo os diretores das empresas madeireiras, que tinham toda razão para não gostar das leis florestais pós-revolução, se declararam preparados a colaborar com a campanha governamental de “proteção e conservação dos recursos naturais do México.”³⁵

Não levou muito tempo para que os observadores percebessem que os interesses de madeiros fortes e funcionários públicos flexíveis tinham, sem qualquer patriotismo, sobrevivido ao fim do regime de Díaz. Em 1940, um editorialista do *La Prensa* censurou a coalisão entre os silvicultores e homens de negócios em termos que claramente lembravam a crítica pós-revolucionária ao governo Porfiriano. O jornal culpava a falta de escrúpulos de “políticos influentes, pequenos patrões rurais, e funcionários públicos [governo] corruptos” pelo desmate, e afirmava que eles pavimentaram o caminho para que as empresas madeireiras avarentas cortassem a todo vapor nas terras de florestas da nação.³⁶ Duas décadas mais tarde, Enrique Beltrán, um eminente zoólogo e bem conhecido porta-voz do uso racional dos recursos naturais, escreveu sobre as grandes empresas madeireiras que “esses ‘industrialistas’ que na verdade merecem o título mordaz de ‘rapamontes’ [devastadores de florestas]” frequentemente agem em conluio com “funcionários públicos ‘acessíveis’” para desmatar cada vez maiores extensões de terras.³⁷ Assim como Quevedo, esses observadores acreditavam que as grandes empresas de exploração da

³³ ALEMÁN, Miguel. *Los Arboles. Patrimonio de la Nación*. Colección Popular 15. México: Editorial Ruta, 1951, p. 3.

³⁴ Citado em *Novedades* p. 1, 30 Oct. 1958.

³⁵ *Boletín Forestal* (Chihuahua City), Oct., 1949, p.15.

³⁶ *La Prensa* (Mexico City), 22 Apr. 1940.

³⁷ BELTRÁN, Enrique. *La batalla forestal. Lo hecho, lo no hecho, lo por hacer*. México: Editorial Cultura, 1964. p. 40. Para uma discussão de Beltrán e sua forma utilitária de pensamento conservacionista, Ver SIMONIAN, op. cit., p. 133-40.

floresta rotineiramente subornavam as autoridades governamentais para conseguir seu objetivo maior de pilhar as terras de florestas do México.

Ainda que os conservacionistas tivessem uma preocupação de que não se podia contar com os burocratas e as empresas madeireiras para gerenciar responsabilmente as florestas da nação, eles não tinham muito mais esperança nos camponeses. Em um escrito de 1916, quando os delegados começaram a formular uma nova constituição, Quevedo alertava que um programa de reforma agrária que não fosse bem pensado poderia “sacrificar o restante das florestas” se fosse proposto conceder um pedaço de terra a cada família indígena sem tomar as medidas apropriadas para assegurar de que elas seriam boas guardiãs da terra.³⁸ Quevedo explicava que sua experiência no Serviço Florestal o ensinou que as “tentativas dos moradores das vilas de estender o cultivo até para os mais íngremes e densamente arborizados picos das nossas montanhas é uma causa principal da ruína de nossas florestas.”³⁹ Ao invés de simplesmente tornar pedaços de terras disponíveis à venda no atacado ao povo rural, Quevedo recomendava que o governo garantisse uma renda decente aos trabalhadores rurais. Ele também recomendava uma campanha para educar os produtores rurais e promover maior solidariedade e sociabilidade entre a comunidade rural pelo estabelecimento de sindicatos de trabalhadores organizados pelo estado.

Quevedo ainda alertava que os beneficiários da reforma agrária não deveriam receber o título das terras onde trabalhavam, porque “a propriedade absoluta colocaria os [camponeses] em uma posição de dispor de suas terras na primeira oportunidade.”⁴⁰ Tais preocupações (que não eram de qualquer forma apenas de Quevedo) levaram os políticos a estruturar a lei da reforma agrária de tal forma que as comunidades *ejidais* recebiam direitos de usufruto de pedaços de terra mas não a propriedade direta de seus terrenos. Além disso, o corte em terras recebidas do governo foi tecnicamente proibido até 1948, a menos que os *ejidatarios* se ligassem formalmente a cooperativas madeireiras e registrassem planos de reflorestamento nas agências responsáveis, uma exigência legal de que os beneficiários da reforma agrária ignoraram de forma quase que unânime. Para Quevedo e outros inspirados pelo seu pensamento, o regime de educação esclarecida e arranjos paternalistas de posse das terras seriam a melhor promessa de melhorar a conscientização

³⁸ QUEVEDO, Miguel Angel de. *Algunas consideraciones sobre nuestro problema agrario*. México: Imprenta Victoria, 1916, p. 15.

³⁹ *Ibidem*, 16.

⁴⁰ *Ibidem*, 69. Ver no geral p. 47-98.

da população rural. Sem tais medidas, eles acreditavam, os beneficiários da reforma agrária venderiam aos empreendedores predadores ou desmatariam vastas extensões de seus *ejidos* para plantar em solos que fossem apropriados para agricultura.

Mesmo durante a administração de Lázaro Cárdenas, o mais populista e progressivo presidente pós-revolução no México, se evidenciaram dúvidas profundas em relação à habilidade da classe popular de usar as florestas de maneira apropriada. Em um comunicado à imprensa em 1940, a administração revelou que muito do dano causado às florestas nacionais veio das queimadas causadas por “falta de educação das pessoas que viviam nas zonas rurais...”⁴¹ E tais suspeitas oficiais não enfraqueceram com o tempo. Em um discurso de 1967 em um congresso nacional dos representantes da indústria madeireira, o Subsecretário das Florestas e Fauna explicou que a ameaça maior às terras de florestas nacionais eram “as ações destrutivas e irracionais do homem, quando sua conduta é governada pelos impulsos cegos da ignorância, miséria e avareza.”⁴² Assim como muitos outros naquela época, esse oficial antecipava que um setor industrial patriótico e esclarecido poderia funcionar como guardião mais responsável das florestas do que as massas ignorantes, empobrecidas e avarentas.

Escrevendo alguns anos antes que essas palavras fossem proferidas, Beltrán fez uma avaliação mais cuidadosa da relação entre o população rural e a terra. Ele argumentava que mesmo que a população rural frequentemente obtivesse terras de florestas como parte das concessões oficiais (*ejidos*), a “política de florestas restritiva e absurda” do governo funcionava para criar “toda sorte de barreiras contra o uso dos recursos florestais, com a ideia de que a falta de utilização [da floresta] era a melhor garantia de sua conservação.”⁴³ Beltrán desprezava essa noção. Pelo contrário, ele argumentava que restringir o acesso dos beneficiários dos *ejidos* às porções de madeira de suas terras apenas os levaria a aumentar o desmate porque

O campesino que possui uma floresta – e que é impedido de utilizar a madeira – será levado a considerar as árvores não apenas como inúteis, mas como verdadeiros inimigos que o impedem de cultivar sua pequena porção de terra e colher... algumas espigas a mais de milho para satisfazer a fome de sua família

⁴¹ Citado em *El Universal* (Cidade do México) 23 Abril 1940.

⁴² PALOMARES NAVARRO, Noé. 1967. Palabras. Em *Memoria de la III Convención Nacional Forestal*. México: Talleres de Imprenta y Offset “Policromía”, p. 46.

⁴³ BELTRÁN, op. cit., p. 82.

ou para vender. Qualquer método de destruição da floresta pareceu bom para ele desde que servisse para criar um pedaço de terra de cultivo.⁴⁴

Beltrán discordava da conclusão de seus predecessores de que a ignorância e avariza apenas levaram a população rural a superexplorar a floresta. Para ele, o problema não estava na consciência do camponês, mas nas políticas que premiavam um tipo de comportamento e sancionavam outro. Mas essa era uma voz solitária.

Enquanto muitos conservacionistas acreditavam que as classes populares em geral representavam uma ameaça potencial às florestas, alguns expressavam particular preocupação com o papel do povo indígena. Os índios de Chihuahua eram frequentemente identificados por seu suposto uso irracional das terras de floresta. O líder de uma expedição de 1936 que tinha o objetivo de avaliar o estado das florestas do grande norte lamentou “a triste impressão que sentimos ao observar o estado de ruína no qual essas florestas se encontram, perseguidas, mal tratadas e tolamente dizimadas pelos índios Tarahumara.”⁴⁵ O silvicultor atribuiu o “instinto destrutivo dos índios” a suas tentativas mal sucedidas de abrir novas terras agriculturáveis para suas “plantações miseráveis de milho” [milpas].⁴⁶ Em uma avaliação bem mais equilibrada, Manuel Hinojosa Ortiz declarou em 1958 que ele não teve conhecimento de tal destruição por atacado feita pelos Tarahumaras e rejeitou a interpretação racista dos eventos pelo seu antecessor. Se houve realmente tanto corte, Hinojosa o atribuiu às tentativas desesperadas dos Tarahumaras de “impedir a fome” através da venda de dormentes aos inescrupulosos intermediários que conseguiam um lucro fabuloso “às custas das florestas e dos índios.”⁴⁷ Ainda assim, se os Tarahuma exploravam a floresta por causa de uma depravação nata ou por pobreza desesperada, esses autores implicitamente concordavam que eles representavam uma ameaça potencial às terras de florestas do México.

Uma vez que o discurso conservacionista colocava em dúvida a habilidade tanto da indústria madeireira quanto das classes populares de funcionarem como responsáveis guardiões das florestas, medidas restritivas tais como a proibição ao corte apareciam como uma forma ideologicamente atraente

⁴⁴ *Ibidem*, p. 83.

⁴⁵ SOSA, Antonio H. Exploración forestal en la Alta Sierra Tarahumara del Estado de Chihuahua. *Boletín del Departamento Forestal y de Caza y Pesca* no. 3 1937-1938, 187-248, p. 187.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 202; p. 212.

⁴⁷ HINOJOSA ORTIZ, op. cit., p. 73.

de proteger o patrimônio nacional. As proibições respondiam às preocupações conservacionistas funcionando como um generalizador que prometia a salvaguarda das florestas nacionais de quem quer que fosse que pudesse ameaçá-las sem impor o imperativo político de realmente determinar quais atores em particular seriam os culpados pelo corte altamente agressivo. Ao invés de identificar e sancionar grupos em particular – sejam empresas de corte ou membros das classes populares – as proibições indiscriminadamente reprimiam todos de uma vez só. Desta forma, grandes áreas puderam ser declaradas zonas protegidas através de um decreto único que dava aparência de resposta governamental ao desmate.

Implementando as proibições

As proibições à extração de madeira derivaram sua base jurídica do Artigo 27 da Constituição de 1917. O Artigo 27 é mais conhecido como a fundação constitucional do projeto massivo de reforma agrária do México e da dramática expropriação das reservas de petróleo por Lázaro Cárdenas em 1938, mas ele também contém um pilar conservacionista que permitiu ao Estado “impor” a propriedade para salvaguardar a conservação.⁴⁸ O código florestal de 1926 se expandiu sobre esse ideal ambientalista e declarou “a conservação e propagação da vegetação florestal no Território Nacional” como sendo de “interesse nacional” (*utilidad pública*). O código implorava aos cidadãos que “cooperassem com o Governo na conservação e regeneração” das florestas.⁴⁹ Ao perceber que tal cooperação poderia não acontecer espontaneamente, os autores do código autorizaram o presidente a “conservar ou restaurar a vegetação da floresta” ao proibir “parte ou toda a utilização ou corte nas terras de florestas,” incluindo a terra de propriedade particular.⁵⁰ Armados com esse código e outros essencialmente semelhantes que se seguiram, os presidentes podiam proibir unilateralmente o corte de espécies específicas da flora ou declarar proibições completas ao corte em uma determinada área.⁵¹ A maioria das proibições ordenava suspensões completas das atividades de corte, mas os presidentes frequentemente davam concessões especiais a certas empresas para cortar dentro de zonas protegidas.

⁴⁸ SIMONIAN, op. cit., p. 79 aponta que esse pilar foi incluído por insistência de Quevedo.

⁴⁹ Secretaría de Agricultura y Fomento, *Ley forestal*, 6. Ênfase no original deletada.

⁵⁰ A partir da *Ley Forestal* de 1926, aqui citado a partir da Secretaría de Agricultura y Fomento. *Ley forestal*, p. 57.

⁵¹ O Código de 1926 serviu de modelo para todos os códigos florestais subsequentes (1942, 1946, 1960, e 1992), dos quais todos autorizavam o presidente a declarar proibições ao corte. Para uma discussão extensiva das disposições de muitos destes códigos sua implementação nos anos 60, ver CROCKER, op. cit.

Mesmo antes da lei de 1926 que autorizava especificamente a promulgação de proibição ao corte, o Presidente Álvaro Obregón (1920-24) apresentou algumas modestas tentativas de redução da superexploração das florestas. Enquanto as empresas de construção da estrada de ferro aplicavam esforços frenéticos para reconstruir as linhas devastadas pelas lutas revolucionárias, Obregón emitia telegramas raivosos proibindo o uso das madeiras exóticas para dormentes da estrada de ferro e condenava o “alarmante corte de árvores” no estado de Hidalgo.⁵² Alguns anos mais tarde ele também estabeleceu pequenas áreas de proteção de reservas florestais no México Central e nos Estados de Jalisco e Veracruz.⁵³ Seu successor, Plutarco Elías Calles (1924-28) declarou poucas proibições. Quando o fez, entretanto, ele não teve medo de desafiar os interesses dos poderosos da indústria. Em 1928, por exemplo, Calles proibiu o corte de uma espécie de pinho, conhecido como *oyamel*, no Estado do México. Embora essa região tivesse sido explorada por séculos, parece que o ministério da agricultura criou essa proibição com o objetivo específico de atingir a indústria de papel Loreto y Peña Pobre, que tinha repetidamente invadido as terras das vilas vizinhas para cortar madeira e utilizar sua polpa.⁵⁴

O teor dos projetos conservacionistas mudou durante o mandato de Lázaro Cárdenas, que indicou Miguel Angel de Quevedo para liderar o recém estabelecido Departamento de Florestas, Peixes e Caça. Cárdenas cobrou de Quevedo que assegurasse a proteção do meio ambiente no México e suas florestas em particular.⁵⁵ Somente em 1936, o primeiro ano que o Departamento funcionou normalmente, Cárdenas declarou treze proibições em nove estados diferentes.⁵⁶ Durante o seu mandato, não menos do que 54 proibições e zonas

⁵² Álvaro Obregón to Ramón P. Negri, Cidade do México, 2 Junho 1922; e citado em Gobernador del Estado to Obregón, Pachuca, 11 May 1921, ambos em AGN, Papeles Presidenciales de Álvaro Obregón y Plutarco Elías Calles (doravante OC), 121-A-B-3.

⁵³ Decreto datado de 4 Out. 1923, AGN-OC, 121-A-B-3; Decreto datado de 26 Maio, 1924, reproduzido em CALVA TÉLLEZ, José Luis, Fernando Paz González, Omar Wicab Gutiérrez, e Javier Camas Reyes. *Economía política de la explotación forestal en México. Bibliografía comentada, 1930-1984*. México: Universidad Autónoma Capingo/Universidad Nacional Autónoma de México, 1989, p. 411.

⁵⁴ A proibição desencadeou um número de iniciativas governamentais contra a indústria de corte: os moradores das vilas novamente denunciaram as práticas de corte em 1930; uma proibição de todo o corte foi estabelecida sobre o Vale do México em 1932; e a indústria ficou sujeita a uma investigação em sua recusa em atender as restrições ao corte em 1934. Ver SALVIA SPRATTE, Agustín. *Los laberintos de Loreto y Peña Pobre*. México: Ediciones el Caballito, 1989, p. 61.

⁵⁵ Sobre Quevedo e o Departamento, ver SIMONIAN, op. cit., Capítulo 5.

⁵⁶ Ver cópias das declarações presidenciais em *Boletín del Departamento Forestal y de Caza y Pesca*, vols. 3 e 4 (1936-1937). Também durante 1936, Cárdenas estabeleceu nove parques nacionais, mas esses eram principalmente dedicados à reservas naturais para atrair turistas, não como instrumentos de proteção das florestas super exploradas. Ver SIMONIAN, op. cit., p. 94-100.

de florestas protegidas foram estabelecidas.⁵⁷ Ainda assim, as proibições de Cárdenas eram extremamente modestas em tamanho cobrindo geralmente não mais do que um município, se tanto. A maioria dos parques nacionais continham não mais do que poucos milhares de hectares. Os dois próximos presidentes (Manual Ávila Camacho, 1940-46, e Miguel Alemán, 1946-52) expandiram radicalmente o escopo das proibições. Durante essas duas administrações, o corte foi completamente proibido em 11 estados e no Distrito Federal. Além disso, cinco florestas de proteção de bacias hidrográficas foram criadas, incluindo mais de 10 milhões de hectares separados para distritos de irrigação, a maioria entre 1944 e 1952.⁵⁸ Em 1958, uma estimativa de 32% de toda a área de florestas do México estava sujeita à proibição. Em torno de 150 decretos presidenciais tinham sido emitidos até aquele ponto para proibir o corte ou estabelecer zonas protegidas, reservas ou parques nacionais.⁵⁹ Ainda, esses decretos conservacionistas repetidos raramente obtinham sucesso no longo prazo. Os funcionários com poucos subsídios, e por vezes corruptos, que tinham responsabilidade de implantar as proibições tinham poucas esperanças de aplicá-las com sucesso. E ainda mais prejudicial, as proibições falharam em garantir uma constituição de grupos que tivessem interesse potencial na conservação das florestas, ao invés disso criaram incentivos para um corte clandestino generalizado.

Talvez um exemplo típico da forma como as proibições funcionavam – ou melhor, não funcionavam – pode ser extraído do caso da região de El Perote, em Veracruz Central. Nos dias turbulentos do governo de Cárdenas, uma proibição de vinte e um anos para toda a extração de madeira foi estabelecida em diversos municípios de Veracruz ocidental.⁶⁰ No prazo de semanas da declaração, os habitantes rurais que tiravam seu sustento como cortadores de árvores de uma pequena madeireira regional se mobilizaram sob a liderança de Fidencio González, um líder local de um sindicato de trabalhadores ligado ao governo, conhecido como a Confederação de Trabalho Mexicana, ou CTM. Os cortadores originalmente dirigiram suas reclamações aos funcionários locais, mas logo escolheram dirigir-se ao próprio Cárdenas. González e uma

⁵⁷ Ver anexo IV de CALVA TÉLLEZ, op. cit., que fornece uma lista valiosa mas incompleta das medidas de proteção às florestas de 1920 a 1985.

⁵⁸ Proibições que atingiam estados inteiros foram declaradas em 1940 em Aguascalientes, em 1947 no Distrito Federal, Estado do México, e Puebla, em 1949 em Jalisco e Morelos, em 1950 em Querétaro e Michoacán, em 1951 em Guanajuato Colima, e Nayarit, e em 1952 em Veracruz. Para uma lista, ver Secretaría de Economía, *Anuario estadístico... 1957*, p. 815, tabelas 212 e 213.

⁵⁹ HINOJOSA ORTIZ, op. cit., p. 44-45.

⁶⁰ *El Universal* 5 Dec. 1939.

delegação viajaram à Cidade do México para registrar seu pedido de continuar cortando nas florestas “com o entendimento de que [os trabalhadores] estavam preparados para satisfazer as exigências pertinentes relacionadas à necessidade de reflorestar as zonas a ser exploradas e a maneira de fazê-lo.”⁶¹

O governo federal ficou firme. A proibição foi mantida, e uma das áreas que ela compreendia – a municipalidade de El Perote – foi mais tarde declarada uma reserva florestal porque ficava dentro da bacia de Laguna de Alchichica.⁶² Na verdade, a área já tinha sido declarada um parque nacional três anos antes, em 1937. Naquela ocasião, entretanto, os agentes florestais ficaram confusos quando descobriram que uma burocracia diferente tinha cedido uma parte de terra da reforma agrária (*ejido*) a uma comunidade de camponeses que viviam na área designada para o parque. As empresas madeireiras tiraram vantagem da confusão jurisdicional criada e contrataram *ejidatarios* para cortar tantas árvores quanto possível antes que o governo pudesse consertar a bagunça burocrática.⁶³ De acordo com um dos proprietários de terra cuja propriedade foi nacionalizada e distribuída aos *ejidatarios* de Jalacingo, uma vila próxima a Perote, os líderes camponeses em conluio com os proprietários de indústrias madeireiras piratas cortaram diversas centenas de hectares de terra de florestas para abrir novos campos. O ex-dono das terras disse que os agricultores (*agraristas*) tinham quase que “exterminado” as florestas sobre a sua terra. Isso apenas levou as empresas madeireiras a “incitar” os camponeses a requerer que seus *ejidos* fossem expandidos para incluir mais terras de florestas.⁶⁴

Os agentes florestais locais repetidamente faziam vista grossa ao corte contínuo na região de El Perote. Em uma inspeção de surpresa em 1949, os investigadores descobriram nove indústrias de corte nos municípios cobertos pela proibição ao corte. Em um comunicado muito direto à imprensa, a Subsecretaria de Recursos Florestais e Caça notava que a proibição “tinha infelizmente sido quebrada muito frequentemente, especialmente na região de Perote, onde os cortadores criminosos, ocasionalmente em conluio com os oficiais corruptos (*malos elementos*) do Serviço de Florestas, tem causado enorme

⁶¹ *El Universal* 13 Mar 1940. See also *El Nacional* (Mexico City) 12 Mar. 1940. González was Secretario de Acción Campesina de la Federación de Trabajadores del Estado de Veracruz.

⁶² Benito Coquet to Director General de Información, Mexico, 15 July 1946, AGN, Papeles Presidenciales de Manuel Ávila Camacho (hereafter MAC), 545.22/573.

⁶³ GERERZ FERNÁNDEZ, Patricia. ¿Qué pasa en el Cofre de Perote? Em Eckart Boege e Hopólito Rodríguez, coords., *Desarrollo y Medio Ambiente en Veracruz*. México City: CIESAS/Fundación Friedrich Ebert, 1992, 151-57, p. 152.

⁶⁴ Nicolás J. Banda a Manuel Ávila Camacho, Cidade do México, 5 Nov. 1944, AGN-MAC 501.1/5.

destruição”.⁶⁵ Mesmo essa investigação, que levou o Ministério a redobrar a inspeção de caminhões carregando madeira nas estradas da região, teve pouco efeito no longo prazo. Os cortadores simplesmente relocaram suas operações clandestinas para a região vizinha de Tuxtla e começaram a cortar o cedro tropical e o pau-rosa nas terras recebidas na reforma agrária. Para Perote, uma parte do terreno tinha sido tão explorada que se tornou desertificado demais para permitir um reflorestamento.⁶⁶ O governo declarou uma nova proibição na área de Perote em 1952, mas essa não teve efeito maior do que os esforços prévios. Todas as proibições na região foram retiradas apenas em 1970 devido ao fato que um observador chamou de “falta de sucesso óbvia.”⁶⁷

Diversos fatores solaparam as proibições de Perote, mas claramente a corrupção dos funcionários públicos ligados a florestas de alguma forma apareciam no topo da lista. O serviço de florestas pode ter sido classificado entre os mais corruptos braços do governo nos anos pós-revolução. Logo em 1929, uma comissão de especialistas selecionados por um grupo de congressistas determinaram que o Serviço de Florestas era uma “praga” (*lunar*) do Ministério da Agricultura. A comissão descobriu que os guardas florestais “estão acostumado a traficar com as concessões florestais... e proteger carregamentos [ilícitos] de madeira”. Na verdade, dizia-se que a corrupção de alguns guardas alcançava tais alturas que eles exigiam um suborno “minúsculo” de 50 centavos para fazer vista grossa quando os camponeses levavam cargas de madeira carbonizada para fora da floresta.⁶⁸ Apesar das boas intenções de Cárdenas e Quevedo, parece que o advento de um Departamento Florestal, de Pesca e Caça (que pode ter tido um ressentimento pessoal contra Quevedo) forneceu evidência substancial de “numerosos erros e abuso de autoridade, extorsão e corrupção por parte dos supervisores e empregados de segundo escalão, particularmente, os Guardas Florestais.”⁶⁹

Alegações de suborno surgiram novamente em 1940, dessa vez de dentro do próprio governo. O Departamento de Agricultura denunciou que

⁶⁵ *Excelsior* 25 Apr. 1959.

⁶⁶ *Novedades* 3 Nov. 1952.

⁶⁷ GEREZ FERNÁNDEZ, op cit.

⁶⁸ *El Gráfico* (Cidade do México) 17 Ago. 1929.

⁶⁹ Ernesto P. Sánchez to C. Presidente da República, Cidade do México, 31 Jan., 1939, AGN, Papeles Presidenciales de Lázaro Cárdenas del Río (doravante LCR), 502/12. Apesar da antipatia pessoal de Sánchez's por Quevedo, ele compilou evidências substanciais de ineficiência dentro do Departamento Florestal. A denuncia feita por Sánchez, um silvicultor e ex senador, pode ter tido grande importância an decisão de Cárdenas de abolir o Departamento Florestal no ano seguinte e legar a responsabilidade pelas florestas ao Departamento de Agricultura.

tinha descoberto subornos em massa, particularmente (e politicamente convenientes) localizados nas camadas mais baixas do pessoal do Serviço Florestal. Em resposta a essa notícia, o *El Universal*, o principal jornal diário na Cidade do México na época, lançou duras críticas ao serviço florestal e o caracterizou como a maior causa do desmatamento no México. O editorial do jornal anunciou que “devido a imoralidade daqueles que tinham a responsabilidade de conservar as florestas nacionais... grandes áreas de terras de florestas tinham sido devastadas.” O jornal citou o contínuo corte do Deserto de Los Leones, uma área protegida localizada próximo da cidade do México, como um exemplo particularmente flagrante da corrupção desenfreada dentro do Serviço. Ele também observou que faixas de florestas com três quilômetros de largura misteriosamente “desapareceriam” cada vez que novas estradas eram construídas no interior.⁷⁰

Os negócios fraudulentos assolaram o serviço florestal a tal ponto que o Ministério da Agricultura tomou uma medida drástica. Em maio de 1950, o Ministério despediu todos os membros da Polícia Florestal Federal que tinham sido contratados antes de janeiro daquele ano e ameaçou prender qualquer um que inapropriadamente se passasse por membro da Polícia Florestal.⁷¹ É possível que essa iniciativa tenha levado temporariamente a uma vigilância redobrada das regulamentações florestais,⁷² mas há pouca indicação de que a corrupção tenha desaparecido inteiramente do serviço florestal. Até hoje, muitos *ejidatarios* desrespeitam os guardas florestais, alguns dos quais continuam a coletar o que as populações rurais consideram como subornos fabulosos das indústrias madeireiras, mas não dividem essa riqueza com as comunidades rurais. Frequentemente, os *ejidatários* acreditam que se beneficiariam mais se o Serviço Florestal desaparecesse por completo. Ao menos isso permitiria que eles fizessem seus contratos com as empresas clandestinas diretamente.⁷³

Ejidatarios, povos indígenas e outros grupos rurais também se irritaram com as proibições. As comunidades enviavam cartas de reclamação aos presidentes lamentando as imposições econômicas que uma perda repentina

⁷⁰ *El Universal* 22 Abril, 1940.

⁷¹ *El Universal* 18 Maio 1950. Esse não foi apenas um simples exemplo de patronagem política do tipo que normalmente ocorria no início de um mandato presidencial. Esse evento ocorreu por quarto anos no mandato do presidente Miguel Alemán.

⁷² Ver a próxima seção.

⁷³ Entrevista do autor com Eliseo Carmona García em Nicolás Romero, Michoacán, March 9, 1995. Antropólogo Henry Selby encontrou desrespeito semelhante pelos guardas florestais em Oaxaca durante os anos 1960: Comunicação pessoal, 11 Fev., 1999.

de renda com a madeira lhes causava. Num exemplo típico de tais cartas, os representantes dos cortadores na cidade indígena de Quiroga, Michoacán, escreveram ao presidente Alemán para lamentar “a situação que nós e nossas famílias estamos sofrendo aqui, então viemos lamentar que aqui nessa cidade não há outro trabalho que não seja com a madeira.”⁷⁴ A maioria dos negócios não mostrava maior entusiasmo com as proibições do que a baixa classe rural o fazia. Por exemplo, uma proibição de 1949 contra o corte em uma zona de muitos milhões de hectares que cobria grandes partes de Chihuahua, Durango, Sonora e Sinaloa provocou enorme comoção em alguns dos mais importantes industrialistas de Chihuahua. A Câmara de Comércio de Chihuahua enviou ao presidente uma lista de indivíduos e empresas que sofreriam perdas com a proibição e implorou que ele evitasse “o grave prejuízo que a total inatividade [das empresas madeireiras] causaria.”⁷⁵ Outro grupo de magnatas da madeira colocou o problema de maneira mais direta ao condenar publicamente a natureza “abrupta e drástica” de tais atos e cobrar que o governo sem qualquer razão declarava proibições de um momento para o outro.⁷⁶

A oposição às proibições por grupos dentro da sociedade civil e a persistente corrupção do serviço florestal não foram os únicos problemas sistemáticos que as proibições suscitaram. Mesmo quando as proibições de alguma forma puderam ser implementadas com certo grau de sucesso, elas frequentemente criaram problemas não previstos porque os oficiais raramente tomavam medidas para remediar a repentina falta de madeira. Quando a administração de Cárdenas estabeleceu uma proibição de todo o corte na região em torno da Cidade de Veracruz, por exemplo, deixou de providenciar uma fonte alternativa de combustível para a cozinha. Nesse caso, a proibição simplesmente criou um mercado para o carvão produzido de corte clandestino das poucas florestas restantes na vizinhança. Um observador explicou que “se o corte imoderado de florestas continua é porque existem pessoas que continuam fazendo três viagens no meio da noite” para atender a demanda da cidade por combustível para a cozinha. Nesse caso em particular, a proibição provocou um cisma entre as duas comunidades camponesas vizinhas quando um grupo de camponeses que tinha conexões políticas invadiu áreas protegidas que pertenciam à outra comunidade. Estava em questão o controle

⁷⁴ Diego Guzmán, *et al.* Ao Presidente Constitucional de los Estadosunidos [sic] Mexicanos, Quiroga, Mich., 23 Sept. 1950, AGN, Papeles Presidenciales de Miguel Alemán Valdés (doravante MAV), 351.1/5210.

⁷⁵ Alfonso Escarcega D. and Julio Ornelas para Miguel Alemán, Chihuahua, 20 Abr. 1951. AGN-MAV 351.1/18644.

⁷⁶ *Boletín Forestal* (Cidade de Chihuahua), Mai, 1951, p. 15.

de uma área de madeira que cada grupo de camponeses tinha a intenção de cortar para produzir carvão.⁷⁷

Um problema semelhante ocorreu alguns anos mais tarde em Michoacán. Em 1959, um sindicato de produtores de frutas escreveu ao presidente para reclamar que a falta de madeira criada por uma proibição declarada recentemente tinha elevado o preço da embalagem para seu produto. Um representante dos produtores declarou que seus colegas poderiam ter que cancelar seus contratos de produção de frutas para aquele ano se não pudessem encontrar caixas mais baratas. Ele então provocativamente perguntou se o governo poderia gentilmente “indicar como adquirir embalagens pelo mesmo preço que eles já estavam pagando antes.”⁷⁸ Claramente, as proibições podiam provocar o ressentimento não apenas entre aqueles que sobreviviam das florestas mas também entre os consumidores de produtos da madeira.

De fato, poucos grupos sociais encontravam muita razão para apoiar as proibições. Além dos conservacionistas (que na maioria pertenciam a *intelligentsia* urbana e lamentavam o desmatamento primariamente por questões estéticas),⁷⁹ os comerciantes das pequenas cidades constituíam o único outro maior eleitorado pelas proibições. Os entusiastas cívicos muitas vezes acreditavam que as proibições poderiam proteger as terras de florestas para as quais, eles esperavam, os turistas afluíam. Em 1940, essa ideia se espalhou em um setor da comunidade comercial na cidade mineira de Angangueo, Michoacán. Os empreendedores que esperavam entrar no negócio de turismo disseram que a proibição recentemente declarada ao corte “trará grande benefício ao povo de Michoacán, para quem nós temos trabalhado com tanta energia.”⁸⁰ Suas esperanças de uma invasão de turistas aparentemente não se concretizaram. Mesmo o potencial turístico do final do século XX da reserva de borboletas monarca falhou em produzir renda suficiente para impulsionar a lógica econômica que tem guiado o desmatamento na região.⁸¹

⁷⁷ Carlos García to Miguel Angel de Quevedo, Veracruz, 23 Abril 1939, AGN-LCR 501.1/56.

⁷⁸ Diretor Gerente da União de Citricultores Michoacanos ao Presidente da República, Apatzingán, Michoacán, 4 Set. 1950, AGN-MAV 351.1/5210.

⁷⁹ Para uma coleção de cartas escritas ao presente por residentes urbanos instruídos solicitando limites para o corte, ver AGN-MAC 501.1/5; Ver também Comisión Permanente del Primer Congreso Nacional Deportivo Pro-Reforestación (a youth group) ao Presidente de la República, Cidade do México, 22 Ago. 1950, AGN-MAV 351.1/6216.

⁸⁰ Asociación de los Hijos y Amigos de Angangueo to Lázaro Cárdenas, Angangueo, 19 Nov. 1940, AGN-LCR 501.2/375. Também *Boletín de la Asociación de los Hijos y Amigos de Angangueo*. No. 3 (Mexico City) 15 Nov. 1940.

⁸¹ SIMON, Joel. *Endangered Mexico: An Environment on the Edge*. San Francisco: Sierra Club Books, 1997 p. 242-44.

Tomando medidas de proibição:

Considerando a corrupção dentro do Serviço Florestal e o fato de que o corte em áreas proibidas continuava inalterado, é tentador argumentar que as proibições eram pouco mais do que truques burocráticos com a intenção de conceder a alguns empreendedores favorecidos um monopólio de acesso legal aos recursos florestais. Na verdade, era comum que uma ou outra organização privilegiada ganhasse direitos de corte especiais para proteger certas terras, particularmente durante as administrações presidenciais de Manuel Ávila Camacho (1940-1946) e Miguel Alemán (1946-1952). Os presidentes ocasionalmente declaravam a “suspensão parcial” de uma proibição de corte para permitir que certos negócios ou, mais comumente, “Unidades de Exploração Industrial Florestal” pudessem cortar árvores.⁸² O objetivo das Unidades Industriais era aproveitar as florestas para a expansão industrial do México ao coordenar todas as operações de corte em regiões específicas (incluindo regiões sujeitas a proibições) em cooperação com as comunidades de *ejidatarios* que de fato possuíam as faixas de florestas. Na verdade, porém, as Unidades Industriais frequentemente eram pouco mais do que ficções legais que permitiam às empresas madeireiras cortar árvores ao seu bel prazer com pouca supervisão do governo e apenas uma pequena participação dos *ejidatarios*.⁸³ Quando a dispensa do governo não estava próxima, a Subsecretaria florestal dentro do Departamento de Agricultura às vezes dava uma permissão temporária para as empresas afetadas pela proibição para continuar suas operações.⁸⁴ Os políticos locais também concediam aos membros de sua clientela política um acesso privilegiado à floresta de tempos em tempos, embora estritamente falando, eles não tivessem autoridade para fazê-lo. Independentemente das technicalidades, entretanto, governadores e senadores tinham influência política para assegurar que “seu” pessoal recebesse licenças especiais para cortar em áreas sujeitas às proibições de corte. Em ao menos uma ocasião um senador foi acusado de usar armas contratadas para remover cortadores clandestinos de uma região sujeita a uma proibição para dar lugar à sua própria clientela de cortadores clandestinos.⁸⁵

⁸² Por exemplo, ver as suspensões parciais declaradas em 1952 em favor de Triplay Maderas de Durango, Montes, Industrias y Minas [Estado de México e Michoacán], Telefonía [Chihuahua], and Maderas Campechanas, todos em AGN-MAV 111/42114.

⁸³ SALVIA SPRATTE, op. cit. p. 73.

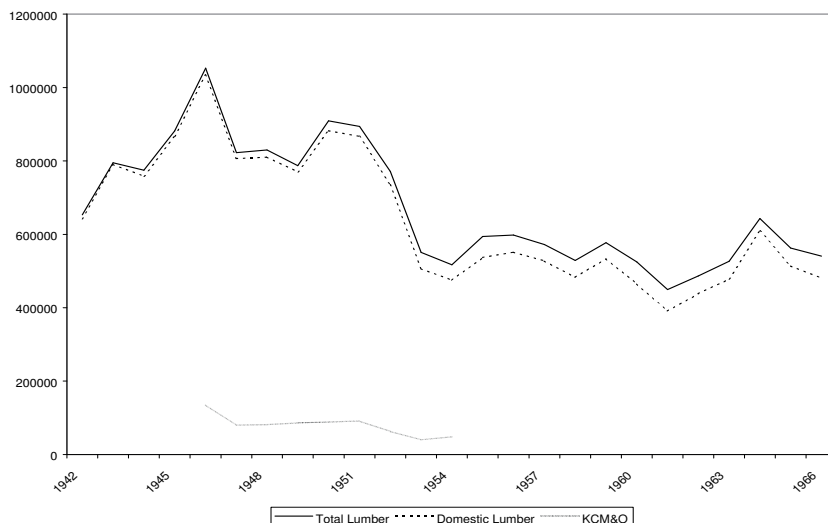
⁸⁴ Ver as alusões indiretas a esse fenômeno em Alfonso Escarcega D. e Julio Ornelas to Miguel Alemán, Chihuahua, 20 Abr. 1951, AGN-MAV 351.1/18644.

⁸⁵ Bruno Meyer a Miguel Ávila Camacho, 1 Oct. 1944, Ocampo, Michoacán, AGN-MAC 501.1/104

Apesar da prevalência de tal comércio político, há pouca evidência de que as proibições eram implantadas “apenas” como meio de conceder às empresas madeireiras politicamente relacionadas algum tipo de acesso especial às terras de florestas. As proibições geravam considerável ressentimento tanto entre os moradores rurais quanto às empresas poderosas e, portanto, representavam um custo político muito alto para o governo. Se os políticos estiveram primeiramente interessados em estabelecer um monopólio disfarçado para empresas favorecidas nos anos de 1940 e 1950, eles tinham outros meios, menos custosos politicamente à sua disposição, assim como os arranjos corporativistas tradicionais que funcionavam tão bem nos setores industrial e agrário. Portanto, mesmo que as proibições pudessem ter sido moldadas como serviços como um meio de conceder clientelismo, é bem provável que ao menos alguns setores da burocracia governamental na verdade as usassem com o objetivo de proteger os recursos naturais da nação.

Esse ponto é ainda subestimado pelo sucesso aparente das proibições em manter basicamente a mesma taxa geral de corte industrial no México entre 1940 e 1960. É difícil estabelecer exatamente qual foi essa taxa, entretanto. As estatísticas oficiais que pretendem refletir a taxa e localização do corte provavelmente dão uma representação errônea da escala e localização do corte porque os guardas florestais eram às vezes corruptos e de qualquer forma precisavam mascarar os dados que eles coletavam para dar-lhes uma forma aceitável ao consumo por seus superiores. Uma forma mais confiável de avaliar a escala do corte comercial é determinar a quantidade de madeira que estava sendo transportada pelas estradas de ferro. Os trens transportavam a maioria da madeira industrial, ao menos antes do final dos anos 1950, quando a construção das estradas tornou o transporte por via rodoviária uma alternativa de redução de custo. Os dados da Figura 1 não pretendem representar a quantidade real de corte de madeira acontecendo nas florestas temperadas (muitas pessoas cortavam madeira para seu próprio uso, fabricavam carvão com ela, ou a transportavam para o mercado sem utilizar a estrada de ferro), e há provavelmente uma tendência pequena mas progressiva de uma quantidade de madeira comercial não estar refletida nesses dados, graças ao sempre crescente uso de caminhões pesados para o transporte da madeira. Ainda assim, é seguro dizer que as tendências mais abrangentes de dados refletem a dinâmica de médio-prazo do transporte de madeira comercial nas florestas tropicais.

Figure 1 - Lumber Transported via Rail, 1942-1966 (Metric Tons)



Sources: Mexico, Secretaría de Comunicaciones y Obras Públicas, Departamento de Comunicaciones Terrestres (various labels). Estadísticas de Ferrocarriles de concesión federal. Mexico City: (Various Publishers), 1942-1966; Mexico, Secretaría de Economía, Dirección General de Estadística. Anuario estadístico de los Estados Unidos Mexicanos Mexico City: (Talleres Gráficos de la Nación), 1942-1966.

As linhas de tendências sugerem que a quantidade de madeira transportada por estrada de ferro diminuiu significativamente entre 1940 e 1955. Esse contraste com as estatísticas do governo sobre a produção madeireira, que indica um nível geral de produção de toras permaneceu estável durante esse período.⁸⁶ Considerados em conjunto, esses dados – na medida em que correspondam à realidade – sugerem que pode ter havido um declínio na quantidade de madeira usada pelas maiores organizações industriais que tinham mais probabilidade de transportar a madeira por via férrea. Assim sendo, então os indivíduos e empresas menores tomaram as providências a fim de manter os níveis gerais de produção de toras nos níveis iniciais. Eu sugiro que isso é precisamente o que aconteceu. Como já vimos, a maioria das grandes proibições no México Central e ao norte da Sierra Madre Ocidental

⁸⁶ O declínio no transporte de madeira pela Estrada de ferro não foi provavelmente devido ao crescimento do transporte rodoviário nos anos 1950. De acordo com uma comunicação pessoal de Jonathan Schrag de 8 de Março de 1999, caminhões pesados não eram amplamente utilizados no México durante a década de 1950, e a estrada de ferro continuou a servir como principal forma de transporte de madeira antes das greves dos trabalhadores ferroviários de 1958-59. Para dados sobre os níveis gerais de produção de madeira, ver o *Anuario Estadístico*, 1950-1960.

foram declaradas entre 1949 e 1952, e o ministro da agricultura substituiu a maioria dos guardas florestais em 1950. Portanto, parece provável que a aparente queda na produção industrial pode ser rastreada até o efeito das proibições. Essa conclusão é fundamentada pela linha de tendência da estrada de ferro de Kansas City, México y Oriente, que era dedicada quase que exclusivamente ao transporte de madeira nas serras de Chihuahua a um certo número de serrarias, e que experimentou um repentino declínio semelhante no frete de madeira quando uma proibição ao corte foi declarada nas florestas de Chihuahua. Apesar da resistência popular, do barulho dos industrialistas, corrupção e negócios internos, parecia que as proibições na verdade tiveram um efeito moderador no corte industrial.

Ainda assim, uma vez que diversas agências responsáveis por proteger as florestas mexicanas em 1926 não tinham os meios e frequentemente até mesmo o desejo de aplicar rigidamente as proibições ao corte, a lei conservacionista pode ter “indiretamente” moderado a taxa de corte industrial ao aumentar o custo de oportunidade da produção florestal. A confusão dos decretos florestais criados nos anos 1940 e 1950 forçou muitas operações madeireiras a funcionar clandestinamente ou às margens da lei. A clandestinidade necessariamente demandava um gasto extra de tempo e capital para manter as operações de corte funcionando. Isso é sem dúvida o que Fernando Alcocer Patiño, um magnata da madeira de Chihuahua, quis dizer quando em 1987 reclamou sobre as dificuldades enfrentadas pelos industrialistas naqueles anos. Ele declarou a política florestal Mexicana como falha apesar de que

tem havido restrições e proibições ao corte; florestas foram cortadas para criar terra de fazenda improdutiva [;] tem existido e continua a existir um favoritismo político (*rentismo*)[;] tem havido controles regulatórios ineficientes e excessivos [;] e empresas madeireiras subsidiadas pelo Estado (*paraestatales*) têm operado de modo descoordenado, resultando em retorno social e econômico reduzidos.⁸⁷

Talvez esses controles regulatórios tivessem a intenção de racionalizar a produção de madeira, mas de qualquer forma entende-se que um industrialista da madeira de Michoacán concluiu que “As leis florestais são usadas apenas para proibir o corte, nunca para permití-lo.”⁸⁸

⁸⁷ ALCOCER PATIÑO, Fernando. *Un siglo en el bosque (1887-1987)*. Chihuahua: Unión de Productores e Industriales Forestales, 1987, p.139.

⁸⁸ *Excelsior* (Mexico City) 28 June 1967.

Parece seguro afirmar que as ineficiências regulatórias, as complicações burocráticas e as despesas por debaixo da mesa que a indústria madeireira enfrentou, particularmente no início da década de 1950, foram as razões pelas quais as maiores indústrias relacionadas à madeira ou mantiveram um nível constante de extração de madeira ou na verdade restringiram suas atividades na maioria daquela década. Nesse sentido limitado, a confusão regulatória restringiu o desmatamento. Ainda assim esse modelo de ambientalismo através da burocracia para preservação da floresta também cobrou um grande pedágio do ecossistema mexicano na medida em que parece também ter promovido a expansão do desmatamento clandestino. Enquanto algumas das maiores indústrias estavam provavelmente por trás de alguma dessa *clandestinaje*, é também possível que operações de corte “piratas” de pequena escala estivessem bem ativas. Em qualquer caso, parece provável que as operações clandestinas funcionavam de forma que eram extremamente prejudiciais às florestas.

Conclusão

O governo federal começou a retirar proibições de corte que cobriam estados em 1971, e dois anos mais tarde o Departamento de Agricultura e Pecuária formulou uma política geral para retirar todas as proibições vigentes. Ao final da década, nenhuma das proibições de maior alcance ainda estava em efeito, apesar de umas poucas, novas proibições em pequena escala terem sido estabelecidas.⁸⁹ Ainda assim, a lógica da declaração da política de 1973 merece atenção. A Subsecretaria de Floresta e Caça determinou que as proibições apresentavam a consequência “completamente negativa” de dificultar o desenvolvimento rural e encorajar a destruição das florestas.⁹⁰ Ao explicar seu decreto, a Subsecretaria reproduziu um tipo de discurso que desde então tem tido bastante evidência no México, que cria ligação direta entre a nação, o desenvolvimento econômico, o bem estar das classes populares e (nesse caso) o destino das terras de florestas. Como preâmbulo do documento que retirou as proibições, a Subsecretaria explicou que

As florestas representam um recurso natural renovável administrado pelo governo que representa a nação. A utilização da floresta é um meio valioso pelo qual se chega ao desenvolvimento rural.

⁸⁹ SECRETARÍA DE AGRICULTURA Y GANADERÍA Levantamiento de vedas Forestales. México: Inédito, 1973. CALVA TÉLLEZ, *op. cit.*, p. 438-41.

⁹⁰ *Ibidem*, p. 2.

O desenvolvimento levará a melhores condições sócio econômicas do setor rural [*sector campesino*] e resolverá os problemas de zonas florestais de forma integral.⁹¹

No lugar das proibições, o governo tinha a intenção de promover maior industrialização, racionalização e “participação do setor campesino nos benefícios de todas as atividades associadas com o uso e a industrialização da floresta.”⁹² Com tal finalidade, a Subsecretaria recomendou a revogação das proibições ao corte que tinham estado em efeito por ao menos 21 anos (e em alguns casos mais tempo) em 13 estados e no Distrito Federal.⁹³ O tempo de proibições de corte regionais em grande escala tinha acabado no México.

Durante o seu apogeu, as proibições aparentemente tiveram sucesso em conter temporariamente a expansão do regime madeireiro industrial notoriamente ineficiente do México ao custo de produzir operações de corte clandestinas generalizadas.⁹⁴ No geral, este custo foi provavelmente alto demais. Leis ambientais potencialmente úteis tinham existido desde 1926 no México que proibiam o corte de árvores imaturas, exigiam que os guardas florestais formalmente supervisionassem e aprovassem as operações de corte, e exigiam também que as empresas madeireiras reflorestassem as zonas nas quais operavam. Embora essas leis fossem rotineiramente ignoradas, a massiva ostentação de proibições ao corte pode ter também encorajado um desrespeito mais generalizado às regulamentações ambientais do que se as proibições não tivessem existido. Além disso, o tempo e esforço individual de bem intencionados guardas florestais e conservacionistas poderiam provavelmente ter sido mais frutiferamente gastos tentando implementar essas regulamentações potencialmente viáveis do que o esforço quixotesco de impor as proibições.

A falha das proibições em proteger as florestas adequadamente é também indicativo de e grandemente causada por uma mais geral falta de acordos entre classes e na verdade entre culturas das empresas madeireiras, população rural e conservacionistas sobre como melhor explorar os recursos florestais. As proibições iam tanto contra os interesses materiais percebidos e os idiomas culturais dominantes dos interesses industriais madeireiros bem como da

⁹¹ Ibidem.

⁹² Ibidem, p. 91.

⁹³ Proibições que cobriam estados, ou quase todo um estado foram retiradas em Aguascalientes, Baja California Norte, Chihuahua, Colima, Guanajuato, Hidalgo, Jalisco, Michoacán, Morelos, Puebla, Querétaro, Sinaloa, Sonora, Veracruz, e no Distrito Federal.

⁹⁴ Para uma crítica das práticas madeireiras industriais, ver GONZÁLEZ PACHECO, Cuautémoc. *Los bosques de México y la banca internacional*. México: Instituto de Investigaciones Económicas, Universidad Nacional Autónoma de México, p. 26-52.

população rural que vivia nas e dependia das terras de florestas. A implementação do conservacionismo de cima para baixo virtualmente garantiu que as medidas ambientalistas tais como as proibições não desenvolvessem um forte apoio social no México. Os conservacionistas poderiam de forma admissível ter remediado essa situação construindo uma coalisão entre os grupos que pudessem ter sido mais simpáticos a racionalização do uso da floresta. Ainda assim, apesar de algumas tentativas não muito convictas de elevar a consciência popular sobre práticas madeireiras mais sustentáveis através da educação e promoção de espetáculos como o do Dia da Árvore, os conservacionistas não tentaram granjear apoio entre as classes populares até 1980. Os esforços para engajar industrialistas foram apenas um pouco melhor sucedidos. No geral, o discurso conservacionista retratava tanto os grupos populares quanto os interesses dos madeireiros como ecologicamente retrógrados e faziam parecer muito mais palatável implementar a conservação a partir de cima, através de mecanismos como as proibições. Se a população rural, os industrialistas e os silvicultores podem ter sucesso ao estabelecer um regime legal mais inclusivo para o corte de madeira ainda está para ser visto, mas é improvável que a implementação unilateral de políticas nas quais nenhum grupo tenha um interesse perceptível terá sucesso em preservar o patrimônio nacional do México de qualquer forma melhor do que as proibições ao corte da metade do século XX conseguiram.